

SÉRIE
.....
FORMAÇÃO
.....
POLÍTICA
.....

Corpo, Sexualidade e Reprodução

ANA PAULA PORTELLA



Corpo, Sexualidade e Reprodução

ANA PAULA PORTELLA

SÉRIE FORMAÇÃO POLÍTICA

Corpo, Sexualidade e Reprodução

Ana Paula Portella

Coordenação Editorial: Carmen Silvia Maria da Silva

Secretaria de Produção: Fernanda Meira

Revisão: Geruza Filipini

Design Gráfico: Isabela Faria e Matheus Barbosa

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: Gráfica Provisual

Apoio: União Européia; EED; Oxfam Novib

Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das idéias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos). Para a cópia e difusão dos materiais publicados, favor citar as fontes.

SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia

Rua Real da Torre, 593 - Madalena - CEP 50610-000 - Recife PE

Tel: + 55 81 3087 2086 Fax: + 55 81 3445 1905

email: sos@soscorpo.org.br

www.soscorpo.org.br

.....
Ávila, Maria Betânia

Divisão do trabalho sexual e trabalho doméstico/

Maria Betânia Ávila.

Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia,
2009.

92 p. - (Série Formação Política)

1. Mulher e trabalho. 2. Divisão sexual do trabalho. 3.
Trabalho doméstico. I. Título
.....

SÉRIE
.....
FORMAÇÃO
.....
POLÍTICA
.....

Corpo, Sexualidade e Reprodução

ANA PAULA PORTELLA

Recife, 2009



.....
SÉRIE
FORMAÇÃO
POLÍTICA
.....

A mídia, apoiada em alguns teóricos do comportamento e dados de pesquisas de opinião, têm alardeado que as mulheres não tem mais do que reclamar pois hoje já estão nos altos escalões das empresas e concorrendo em condições iguais às dos homens a quaisquer postos de poder. Segundo estas vozes nada mais impede as mulheres de sentirem-se livres e, portanto, as propostas feministas seriam extemporâneas, ou seja, não corresponderiam ao mundo atual. Apesar disso, o feminismo segue elaborando e difundindo idéias e organizando suas lutas. Afinal, o que quer o feminismo? Apenas um mundo de justiça e democracia.

O movimento feminista continua sendo um pensamento crítico à situação de desigualdade entre homens e mulheres e constrói sua ação política sistemática na luta pela superação des-

ta desigualdade. O domínio do sexo masculino em todos os espaços da vida, a que chamamos patriarcado, renova suas formas constantemente, mas continua impondo toda sorte de interdições à autonomia das mulheres, seja pelas condições materiais de vida ou seja pela força simbólica que tem o padrão socialmente aceito de feminilidade e masculinidade.

Há quem pense que trata-se apenas de pessimismo a análise que interroga as condições de dominação e exploração das mulheres, dizendo que este olhar não vê as mudanças que estão em curso. É verdade que as mulheres vivem hoje em condições diferenciadas daquelas do início do século passado, mas também é um fato que as conquistas foram obra das lutas feministas. E que, apesar delas, o mercado segue determinando o padrão estético, o Estado não aceita a

auto-determinação reprodutiva, as empresas não pagam salários iguais aos dos homens para trabalhos iguais, os homens ainda não assumem a responsabilidade por seus filhos e não compartilham o trabalho doméstico, as mulheres ainda são um número insignificante no parlamento, a violência doméstica e sexual continua com índices alarmantes, entre outros males da vida cotidiana.

A crítica feminista dirige-se também, em termos gerais, ao modo como o mundo está organizado hoje, baseado na acumulação capitalista a partir da exploração do trabalho, no domínio sobre a natureza e no racismo. A globalização se, por um lado, permitiu a visibilidade e relação entre diferentes culturas, por outro impôs as regras do mercado transnacional a todos os rincões do mundo. A riqueza segue altamente concentrada enquanto a pobreza joga populações de territó-

rios na periferia do capitalismo em situações de inviabilização da vida. Não por acaso estas populações não pertencem às categorias étnico-raciais dominantes.

O SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia lança, com esta publicação, a série Formação Política, com o intuito de incentivar este debate. A nossa intenção é difundir posições teóricas e políticas sobre temas básicos do pensamento feminista. Pretendemos contribuir com os processos de formação desenvolvidos pelos movimentos de mulheres e outros movimentos sociais, mas também dialogar com outras pessoas interessadas nas lutas sociais e na renovação do pensamento crítico, vinculado à perspectiva da transformação social.

ÍNDICE

PERCURSOS E CONQUISTAS	9
GRUPOS DE REFLEXÃO E AUTO-EXAME	21
SEXUALIDADE E TRABALHO	27
NOVOS IMPASSES: VELHAS QUESTÕES	32
DESAFIOS PARA AÇÃO POLÍTICA	47



CORPO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO

Desisti de dar a este texto o título “Encruzilhadas de um Destino Desfeito”, pela sua óbvia associação com melodramas e folhetins que tradicionalmente têm as mulheres como público preferencial. Achei melhor não correr o risco de, já no título, reforçar algumas das questões que pretendo discutir a seguir. Mas não posso deixar de dizer que, em alguma medida, o sentido deste primeiro título permanecerá no que irei apresentar. Tratar dos temas do corpo, da sexualidade e da reprodução em uma perspectiva feminista significa desfazer a idéia de um destino construído para as mulheres e, ao mesmo tempo, enfrentar os desafios colocados pelas recentes mudanças sócio-culturais pelas quais o nosso país vem passando nos últimos anos, parte das quais provocadas pela ação das mulheres no mundo e pela práxis feminista. Quero dizer, na verdade, que nos últimos trinta e cinco anos este “destino das mulheres” foi desfeito mas, neste mesmo processo, novas questões foram produzidas que nos impelem a renovar as nossas reflexões sobre o tema. De alguma maneira, acredito que estamos mesmo diante de algumas “encruzilhadas”.

À luz das transformações ocorridas nas relações de gênero em nosso país, proponho-me a refletir sobre o modo o corpo, a sexualidade e a reprodução foram tomados como tema e objeto da ação feminista no Brasil. Tomo como ponto de partida a crítica feminista que procura desfazer as

concepções que associam as mulheres à natureza e situam no corpo e na anatomia feminina as possibilidades de existência das mulheres. A partir desta crítica, as feministas propõem novas interpretações do mundo, que vão no sentido da constituição das mulheres como sujeitos autônomos de suas próprias vidas e da constituição do feminismo como um sujeito político atuante na construção de uma sociedade justa e democrática. Para isso, o movimento feminista irá se valer de uma pluralidade de métodos de ação, entre os quais eu destaco os grupos de reflexão e auto-exame, pelo seu caráter inovador, mas também pelo fato de serem capazes de provocar mudanças imediatas na vida das mulheres. Além disso, estes grupos se constituíram em espaços importantes de identificação e elaboração de muitos dos conteúdos dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Desta discussão derivam duas constatações que constituem a segunda parte deste texto. A primeira diz respeito à real transformação ocorrida na situação das mulheres no Brasil e, conseqüentemente, nas relações de gênero quando comparadas com a situação anterior ao advento do feminismo contemporâneo, ou seja, antes dos anos 60. A segunda refere-se à permanência de situações de desigualdade e subordinação de gênero e à emergência de novas questões a respeito do corpo, da sexualidade e da reprodução que, quando associadas às “permanências”, produzem tensões e ambiguidades que estão a nos exigir novas reflexões, formas de abordagem e métodos de ação. Finalmente, apresento brevemente algumas considerações que podem contribuir para esta reflexão.

PERCURSOS E CONQUISTAS

Ao longo do tempo, os termos da tríade corpo-sexualidade-reprodução sofreram deslocamentos, reposicionamentos e valorações diferenciadas no interior do campo feminista sem que, contudo, nenhum deles tenha sido completamente ofuscado por ou reduzido aos outros. Duas idéias básicas orientaram a própria constituição da tríade, enquanto foco central da ação feminista que viria a instaurar uma nova compreensão a respeito dos conceitos de cidadania e democracia. A primeira delas refere-se à constatação de que a subordinação e a opressão de gênero se dá em grande medida através do controle do corpo das mulheres. É através da posse, do domínio e do controle do corpo das mulheres pelos homens que se ordenam muitas das práticas sócio-culturais em nossa sociedade, como, por exemplo, o casamento e a herança. Além disso, através de mecanismos específicos e diferenciados, o corpo das mulheres vem sendo socialmente controlado também pelas normas religiosas, pela ciência e, em especial, pela medicina. A repressão é apenas um dos mecanismos de controle que foi e tem sido bastante eficiente na maioria das sociedades. Mas não é o único. É parte deste processo a elaboração e disseminação de idéias que associam as mulheres à natureza e a utilização de explicações baseadas na própria natureza como justificativa para o lugar que as mulheres ocupam na sociedade. É daqui que decorre a segunda idéia que confere aos temas do corpo, da sexualidade e da reprodução sua centralidade no feminismo: a partir da crítica à subordinação das mulheres, é necessário

desnaturalizar e, portanto, trazer para o campo da cultura e das relações sociais as desigualdades as diferenças entre homens e mulheres, com o intuito de transformá-las na direção da igualdade de gênero.

A crítica das mulheres a estas idéias, embora não se inicie no período das modernas revoluções ocidentais¹, é substantivamente reforçada pelo instrumental iluminista e racionalista, cujos princípios gerais procuravam garantir à humanidade a posse e o uso da razão não havendo nesta postulação nenhuma evidência clara de que as mulheres estivessem excluídas deste projeto. Parte importante deste instrumental foram as idéias de igualdade, liberdade e justiça que funcionaram como impulsionadoras, justificadoras e legitimadoras da reflexão e da ação feminista dos últimos dois séculos. Não é necessário aqui refazer o percurso do pensamento feminista neste período, já que há uma vasta produção acadêmica e política sobre este tema. Basta referir que há muitos exemplos de mulheres que individualmente construíram um caminho de rompimento radical com a injustiça de gênero e, em alguns casos, foram capazes de pensar e propor caminhos que facilitassem a vida de outras mulheres. Uma destas mulheres é a escritora inglesa Virginia Woolf, cuja trajetória de vida rompeu com muitos dos modelos de conduta de sua época, e que nos legou o pequenino, mas brilhante, ensaio “Um Teto Todo Seu” (1985), onde afirma a necessidade da

1 Antes disso, foram muitas as mulheres em praticamente todas as regiões do globo que, isoladas ou em pequenos grupos, ousaram criticar a subordinação de gênero (Duby & Perrot, 1991; Schumacher, 2000; Oliveira, 1981).

autonomia e do espaço individual para que as mulheres possam vivenciar e fazer uso da razão e da criatividade. Nas palavras que Simone de Beauvoir (1980) utilizaria poucos anos depois, para que pudessem transcender, escapando da imanência que lhes fora assignada justamente pela centralidade de um corpo associado de modo imediato e inequívoco à natureza em contraposição à cultura. É esta última autora que, em 1948, produzirá a mais radical inflexão neste percurso quando condensa em uma frase o que havia sido lenta, mas solidamente construído em um século e meio de reflexão, revolta e ação: “Não se nasce mulher, torna-se mulher”.

A frase de Simone de Beauvoir adquire maior significado se pensarmos que é enunciada por uma mulher, coroando um ciclo e abrindo uma nova etapa de reflexões que traz mais fortemente à cena o pensamento das mulheres sobre si mesmas e sobre o mundo. Este mesmo movimento de constituição de um pensamento “das” mulheres confirma a idéia de que as mulheres não estão confinadas ou reduzidas ao reino da natureza e de que, ao fim ao cabo, o corpo não é o seu destino. Estamos então na metade do século XX e é a partir daí que se pode dizer que as mulheres, enquanto sujeito coletivo constituído através do feminismo, trazem para a cena as suas próprias interpretações do mundo que se contrapõem frontalmente às interpretações então dominantes. Nessa disputa interpretativa, a pedra de toque será justamente a tentativa de desnaturalização dos processos sociais e culturais que constroem a subordinação de gênero, entre os quais, o corpo, a sexualidade e a reprodução ocuparão

lugares centrais. Os efeitos sociais e culturais da radicalidade desta proposição só se fariam sentir, no entanto, cerca de uma década mais tarde.

Tarefa das mais complexas essa de trazer para o campo da cultura e, portanto, da razão, o que é vivido de modo imediato por homens e mulheres como pura determinação natural e entendido como base comum de uma humanidade percebida sem distinção de sexo. Onde estaria a diferença que institui a desigualdade entre homens e mulheres se o corpo, a sexualidade e a reprodução “em si” – e, logo, o corpo, a sexualidade e a reprodução masculinas também – são, em certa medida, entendidos e justificados a partir de aspectos naturais poderosos, que também se contra-põem à razão? A idéia de necessidade sexual irrefreável e incontrolável, por exemplo, que deve ser satisfeita através do sexo sob pena de provocar danos à saúde masculina² é apenas a face mais visível de um conjunto muito mais complexo de interpretações a respeito da sexualidade masculina que também a situam neste campo da natureza do qual as mulheres pretendem se despartar. Mas, o que diz Simone de Beauvoir e que será tomando como base do pensamento feminista a partir de então, é que diferentemente do que ocorre com as mulheres, essa natureza não encerra nem explica todo o homem e tampouco é definidora de seu projeto no mundo. Na sexualidade masculina, a natureza permanece como resíduo em um

2 No Brasil, ver a esse respeito Portella (1998; 1999; 1999a), Leal & Boff (1996) e Richard Parker (1991). No Chile, Valdes & Olavarría (1998) encontrou essa mesma interpretação entre homens heterossexuais de Santiago.

conjunto que, a não ser por esse aspecto, já é completamente informado pela razão e, portanto, pela cultura. Os projetos de vida dos homens – pessoais, profissionais, políticos etc. – não se ligam de nenhum modo a esse campo entendido como ainda natural ou “animal”. Vale lembrar que na escala de valores da maioria das sociedades ocidentais quanto mais perto da natureza mais próximo da base se está, em oposição ao topo onde residiriam as faculdades racionais, próprias da cultura.

Acontece com as mulheres o oposto do que ocorre aos homens. E é isso que as feministas tratam de revelar ao mundo, com muito mais propriedade a partir d’O Segundo Sexo e com muito maior complexidade e legitimidade teórica e política a partir da década de 60³. A grande questão é que, em boa parte de nossas sociedades, **toda** a mulher é definida a partir de certas características de seu corpo, mais especificamente, a partir da existência de seus órgãos sexuais e reprodutivos. “A biologia é o destino”, disse-o também Simone de Beauvoir, querendo dizer com isso que o simples fato de as mulheres terem um útero capaz de gestar e parir definiria o seu projeto no mundo: a maternidade e seus correlatos, a família e a casa. A partir deste fato básico seriam construídas as representações da feminilidade e definido o lugar das mulheres no mundo.

3 É nesse período que proliferam os estudos de gênero e/ou feministas nas universidades européias e americanas e, apenas um pouco mais tarde, na América Latina e Ásia.

As representações sociais sobre o corpo feminino sexuado e reprodutor estão no centro do processo que designa a esfera pública como um espaço masculino e a esfera privada como um espaço feminino, o que justifica que o feminismo tenha tomado para si a tarefa de desconstruir e subverter estas representações no sentido de democratizar e tornar mais igualitária tanto a esfera pública quanto a privada. Para isto, o feminismo lançou mão de um vasto leque de ações que variaram de pequenos grupos de reflexão à grandes articulações e mobilizações políticas internacionais, passando por um processo sólido e contínuo de produção de conhecimento que, pouco a pouco, foi desvendando os meandros da subordinação de gênero e os detalhes nem sempre agradáveis das reais condições de vida das mulheres no mundo.

A partir da década de 60, no contexto da intensa movimentação cultural e política⁴ que revolucionou muitas das concepções ocidentais a respeito da sociedade, da política e das relações entre as pessoas, o movimento feminista deu início ao processo de politização das questões relativas ao corpo, à sexualidade e à reprodução. No centro desta politização estava, a concepção do corpo como algo profundamente moldado, tanto materialmente quanto em termos de representações, por ideologias culturais

4 O feminismo atual consolida-se nas décadas de 60 e 70 período que também consolidou a cultura pop, os movimentos contestatórios da juventude, a publicidade, os meios de comunicação de massa e a tecnologia aplicada à vida diária, como os eletrodomésticos e os automóveis, por exemplo.

e práticas “disciplinares” e, portanto, muito distante da natureza na qual a racionalidade ocidental pretendia que ele estivesse imerso (Bordo, 2000: 13). A ideia de autonomia – individual, como projeto a ser alcançado por cada uma das mulheres, e coletiva, como condição de existência política do movimento feminista diante de outros movimentos e organizações políticas – foi basilar neste processo que teve no slogan *nosso corpo nos pertence*⁵ um de seus principais eixos de reflexão e ação política.

Ao afirmar *nosso corpo nos pertence* as feministas chamavam a atenção para o caráter de objeto do corpo feminino entendido como a face mais visível da subjugação das mulheres. Foi durante as décadas de 60 e 70 que a expressão mulher-objeto se disseminou popularmente como contraposição à ideia de mulher-sujeito elaborada no campo do feminismo. No livro *Mulher: Objeto de Cama e Mesa*, Heloneida Studart explorava de modo irônico, mas também bem humorado, os muitos sentidos e as diferentes situações através das quais as mulheres seriam entendidas e de fato utilizadas como objeto, especialmente pelos homens, mas também pelas estruturas globais da sociedade. Objetos de cama porque seu desejo e sua sexualidade eram pouco levados em

5 Tradução para o português da expressão inglesa *Our Bodies, Our Selves*, cunhada em 1970 pelo Coletivo de Mulheres de Boston e utilizada até hoje como título de uma espécie de manual feminista sobre sexualidade, saúde e reprodução que é reeditado anualmente pelo Coletivo, em inglês e espanhol, tendo-se tornado uma referência para a ação feminista no mundo.

consideração nas parcerias amorosas. Quando esposas, o sexo é dever conjugal e, às vezes, trabalho; quando prostitutas, o sexo é trabalho na rua e, em casa, também dever. Restaria às amantes e às “transgressoras” a prerrogativa de uma sexualidade autônoma e prazerosa, mas, de maneira geral, a sexualidade feminina estaria informada por e seria conduzida e controlada pelos homens. No outro registro, as mulheres seriam objeto de mesa pelo fato de serem as responsáveis exclusivas pelo trabalho doméstico. O corpo trabalhador é o mesmo corpo sexuado, ambos servindo ao mesmo senhor – o homem, chefe da família e da casa e centro da sociedade androcêntrica.

Vale a pena lembrar que, neste período, as feministas falavam para um país bastante diferente do que temos hoje, onde a maior parte das mulheres, de fato, seguia o “destino” supostamente inscrito nos seus corpos. Dados dos censos demográficos indicam que em 1960, 55% da população residia em áreas rurais, reduzindo-se para 44% em 1970 – o que ainda representava mais que o dobro dos 18,8% no ano de 2001. Mais importante para o que nos interessa, as taxas de fecundidade eram de 6,2 (1960) e 5,8 (1970) filhos por mulher; em 1999, este número caiu para 2,5. A união consensual, um dos emblemas da liberdade sexual defendida na época, limitava-se a meros 6,45% (1960) e 6,95% (1970), tendo subido para 18,29% em 1996. Do mesmo modo, o percentual de mulheres solteiras com filhos entre todas as mulheres solteiras era de 2,95% em 1960. Em 1970, este percentual quase dobra, indo para 5,29% e chega a

10,74% em 1991 (Goldani, 1999; IBGE/PNAD, 1999; IBGE, 2000). Esse era um tempo que havia poucas mulheres nas universidades e no mercado formal de trabalho e menos ainda nas organizações sindicais, no partidos políticos e em cargos públicos. Neste contexto, eram imensas as dificuldades para que as mulheres pudessem construir um projeto de vida pessoal e autônomo.

A palavra de ordem *nosso corpo nos pertence* é um chamado para romper com esta alienação e para que as mulheres recuperem para si o lugar primordial da existência humana, o corpo. Desfazer o lugar do corpo (da anatomia) como destino, desconstruir a heteronomia em que estiveram (e continuam) mergulhados os corpo femininos são os fundamentos de uma concepção renovada da cidadania, que irá incorporar as vivências da sexualidade e da reprodução e, por esse caminho, abrir campo para que seja superado o “desposuimento de si” experimentado pelas mulheres nestas duas esferas (Ávila, 1999: 46).

Os percursos desta politização do corpo, da sexualidade e da reprodução foram múltiplos e variados, expressando uma das mais fortes características do feminismo que é a defesa da convivência com diferentes concepções e práticas políticas. Mas, de maneira muito geral e correndo o risco de incorrer em simplificações, podemos dizer que este percurso se inicia simultaneamente com manifestações públicas – como as passeatas e atos públicos, entre os quais a queima de sutiãs foi apenas um deles – e práticas político-educativas

baseadas nos grupos de reflexão⁶ e, a partir daí, ramifica-se em um sem-número de atividades que chegam até a influência, elaboração e implementação de marcos legais no plano internacional e políticas públicas nos planos nacionais.

O feminismo brasileiro tem uma característica marcante, a concepção de que a subordinação de gênero está estreitamente articulada à dominação de classe e a necessidade de que as ações feministas voltem-se prioritariamente para as mulheres mais pobres e mais excluídas, na tentativa de se construir articuladamente justiça de gênero e justiça social. Mais recentemente, e graças às feministas negras, as questões étnicas e raciais vêm sendo articuladas às de gênero e classe, com ganhos substantivos não apenas no que se refere à uma maior e mais refinada compreensão da realidade das mulheres brasileiras como também no que toca à qualificação da ação política.

GRUPOS DE REFLEXÃO E AUTO-EXAME

Os grupos de reflexão tinham como objetivo promover, como o próprio nome diz, a reflexão a respeito da condição feminina, em um ambiente seguro e acolhedor formado só por mulheres e no qual se pudesse estabelecer

6 Também conhecidos como grupos de self-help.

relações de confiança e respeito mútuo. Eram lugares de promoção da fala e da escuta femininas a respeito de suas próprias vidas, entendidos como a construção de espaços de autonomia das mulheres em uma sociedade que lhe negava essa autonomia. Mas, é importante ressaltar que tais “reflexões” estiveram intimamente articuladas à leitura e ao debate político-teórico a respeito das questões feministas mais gerais. Ou seja, as reuniões não se restringiam a debater as histórias individuais de cada uma, como acontece atualmente com os inúmeros grupos de auto-ajuda que proliferam em praticamente todas as áreas da vida humana – uso de drogas, vida amorosa e sexual, dificuldades no trabalho, auto-estima, dependências diversas etc. – e que têm uma base psicoterapêutica de perfil adaptativo e nenhuma conotação política emancipatória.

Pelo contrário, os grupos de reflexão procuravam articular e inserir a experiência individual de cada uma das mulheres no contexto global das relações de gênero e das relações sócio-culturais, num tipo de ação “político-educativa” muito próxima das concepções do educador Paulo Freire. A experiência individual era valorizada na medida em que representava, ao mesmo tempo, um microcosmo das relações de subordinação – e nesse sentido era exemplar – e um lugar de constituição da autonomia pessoal que era potencialmente libertador pelo fato de ser tratado coletivamente a partir de interpretações políticas, sociais e culturais que tinham na construção do movimento feminista um de seus mais fortes elementos. A idéia era que as mulheres não apenas compartilhassem o poder com os homens na sua vida privada

e adquirissem autonomia para a realização de seus projetos pessoais, mas também que, enquanto grupo social e sujeito coletivo, passassem também a ocupar os espaços públicos de poder e decisão.

Considerando as análises existentes no período a respeito da condição feminina onde as noções de corpo, sexualidade e reprodução ocupavam um lugar central para a compreensão da situação das mulheres, nada mais natural do que a emergência ou a eleição destes temas como pautas privilegiadas das discussões nos grupos de reflexão. Assim, paulatinamente as histórias sexuais, amorosas, reprodutivas e familiares das mulheres vão se constituindo num certo “núcleo-duro” destes grupos que, com o tempo, passaram a exigir novas formas de abordagem, entre as quais sobressaíram-se os grupos de auto-exame, tanto pelo ineditismo de seu formato e de seus resultados quanto pelas conseqüências que iriam provocar nas futuras ações no campo da saúde da mulher, dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Os grupos de auto-exame foram uma tentativa de recuperação do conhecimento do corpo que às mulheres fora negado. Junto com a linha da vida⁷, o auto-exame foi um poderoso mecanismo de resgate da auto-estima, de construção de solidariedade e identidade coletiva e, como

7 Técnica que consiste em elaborar graficamente a história de vida de uma mulher, marcando os seus momentos significativos, para, em seguida, através da comparação entre as diferentes histórias individuais construir uma história coletiva do grupo em questão. Ver a esse respeito o livro *Como Trabalhar com Mulheres*, de Dulcinéa Xavier et alli.

consequência, de fortalecimento individual e coletivo das mulheres. Orientados pelo pressuposto de que a história das mulheres fora construída pelos homens, tendo sido-lhes negada a possibilidade de elaborar uma interpretação do mundo baseada em suas próprias experiências e reflexões, os grupos de auto-exame se constituíram em um modo de acesso autônomo, coletivo e reflexivo das mulheres aos seus próprios corpos, às suas próprias vidas e ao mundo em que viviam. As reflexões sobre a condição feminina, baseadas na recuperação da história pessoal de cada uma delas e tendo como objetivo identificar e valorizar os pontos de interseção existentes entre elas, foram acompanhadas de uma série de atividades corporais que buscavam desfazer/desconstruir o corpo moldado pelo outro. Exercícios de consciência corporal e de liberação dos movimentos, assim como a exploração do uso dos sentidos e, sobretudo, do exercício da fala, foram tentativas bastante interessantes de apropriação do corpo que, no limite, significava a apropriação de si mesma, rompendo com a alienação provocada por séculos de subordinação de gênero.

O auto-exame representou, talvez, o momento mais radical deste processo no sentido de que o conhecimento da própria anatomia e dos processos corporais forneceu a base de um discurso que iria se contrapor vigorosamente aos discursos médico, científico, religioso e político sobre as mulheres e que, muito pouco tempo depois, iria resultar nas complexas elaborações a respeito dos direitos reprodutivos e dos direitos sexuais.

Mas, afinal, o que era o auto-exame? Apenas um exame ginecológico feito em grupo, com o objetivo de identificar, deixar conhecer, parte da anatomia feminina. Em grupo, aprendia-se a manipular e utilizar o espéculo de modo a se observar o canal vaginal e o colo do útero em diferentes momentos do ciclo menstrual. Com isso, aprendia-se a identificar as alterações normais e patológicas do trato reprodutivo. Do conhecimento para as propostas de ação o caminho não foi muito longo e é assim que surgem as críticas contundentes ao uso indiscriminado dos contraceptivos hormonais e da cesariana e à medicalização dos processos reprodutivos, apresentando-se como contraproposta o uso dos métodos de barreira, os tratamentos alternativos para as patologias vaginais e a defesa do parto normal numa clara demonstração de preservação e defesa do corpo feminino da manipulação médica e científica⁸.

Estabelecem-se aí as premissas a partir das quais serão elaborados os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais, fundamentadas no que atualmente denominamos de valores feministas afirmativos. Com isso se quer dizer que as mulheres devem ter o direito de determinar a própria identidade sexual, de controlar seu próprio corpo, sobretudo no estabelecimento de relações íntimas e de escolher quando, com quem e se quer ter ou educar seus filhos (Petchesky, 1999: 24). Estas são premissas que tratam do estabelecimento do “sujeito mulher”,

8 É deste período a edição do livreto *Corpo de Mulher*, a primeira publicação do SOS Corpo, que trata destas questões. O livreto teve cinco edições, a mais recente em 1999.

fundado na idéia de autonomia contraposta à heteronomia que historicamente define as mulheres, o que, em tese, alça as mulheres reais a um patamar de igualdade com relação aos homens. Mais importante, no entanto, é o fato de que este processo também ressignifica a própria idéia de sujeito na medida em que invocam uma alteridade feminina oprimida ou não reconhecida como um caminho para a crítica e a reconstrução das formas dominantes de racionalidade (Bordo, 2000: 16).

A desnaturalização do corpo e a dissociação entre sexualidade e reprodução darão forma a boa parte da ação feminista nestas últimas décadas explicando, por exemplo, a ênfase política e teórica nas questões da legalização do aborto, da disseminação dos contraceptivos e da liberdade sexual. A autonomização da esfera da sexualidade com relação à reprodução traz à cena o tema do prazer e da realização pessoal como componentes centrais da vivência sexual, ao mesmo tempo que desfaz a maternidade e o casamento como destinos inexoráveis de toda e qualquer mulher. No início dos anos 80, grupos feministas de Recife, encheram os muros da cidade com a frase '*Pergunta se ela goza*', num tipo de agitação política que atualmente pode nos parecer simplória e redutora, mas que teve o mérito de expressar o debate que então se travava no feminismo nacional e de ousadamente trazer para a cena pública a questão do dever e do prazer no sexo.

Todas estas questões reverberam de modo particularmente forte nas relações de intimidade entre homens e mulheres, colocando-nos o desafio

de imaginar novas formas de relação amorosa que suponham dois sujeitos interagindo de modo igualitário. Não é necessário descrever aqui o movimentado cenário de experimentos amorosos que teve lugar nas décadas de 60, 70 e 80, como resultado destas novas elaborações a respeito do sexo, da reprodução e dos afetos. Basta apenas referir alguns dos seus efeitos na atualidade, como o fim do tabu da virgindade para as mulheres, o aumento no número de divórcios e separações, a redução na taxa de fecundidade, a diversificação das formas de família e o crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres, a crescente visibilidade das relações homoeróticas, o adiamento da idade de casamento para mulheres e homens e o aumento do número de mulheres que não desejam e não têm filhos.

Do ponto de vista histórico, trinta anos podem significar muito pouco, mas para as mulheres brasileiras este curto período de tempo adquire o sentido de uma revolução sem precedentes, inesperada e, em certa medida, inimaginável. Embora as pesquisas neste campo sejam rigorosas e abundantes, não é necessário recorrermos a elas para verificarmos o que mudou na vida das mulheres. É suficiente apenas que as jovens de hoje perguntem às suas mães e avós como foi, por exemplo, a sua iniciação sexual, como se deram suas escolhas reprodutivas e como se construiu a sua vida profissional. Nestes aspectos, a distância entre as gerações é imensa e nada desprezível se pensada nos termos da proposição feminista de construção da autonomia das mulheres.

Até os anos 70, com exceção de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e, mesmo assim, para grupos muito reduzidos, as mulheres deviam chegar virgens ao casamento. O casamento era um imperativo e, quando não acontecia, fazia reviver a figura da “solteirona” ou da “tia”, mulheres que viviam à margem da vida social considerada normal e aceitável. É evidente que transgressões sempre aconteceram mas era alto o preço que as mulheres pagavam por elas: a vida dupla onde o sexo era vivido às escondidas; o casamento imposto como reparação pela sexualidade descoberta ou quando, por qualquer razão, o casamento não acontecia, a má-fama, a pecha de mulher sem valor. Em duas décadas, as mulheres conquistaram o direito a uma sexualidade livre e desvinculada do casamento. O surgimento do “ficar” como modalidade de relacionamento entre jovens, tem permitido às meninas o que antes era prerrogativa dos rapazes. O “ficar” oferece às jovens mulheres a possibilidade de relacionar-se com diferentes parceiros, de estabelecer relações circunscritas ao encontro sexual e, não menos importante, lhes dá a liberdade de não namorar, sem que necessariamente tenham que abrir mão de sua sexualidade (Portella, 2000: 17). Ou seja, atualmente as adolescentes brasileiras, se assim desejarem, têm a possibilidade de experimentar uma variedade de vivências sexuais e afetivas nunca imaginada por suas avós.

SEXUALIDADE E TRABALHO

Ao tomar a sexualidade e a reprodução como foco, no entanto, outras questões emergem deste processo que levam ao debate sobre a própria

estrutura e o ordenamento global da sociedade. Assim, foi possível perceber na vida das mulheres o modo como, a partir da sexualidade e da reprodução, irradiava-se um amplo campo de responsabilidades materializado em um significativo volume de trabalho que, ao fim e ao cabo, era estruturador da própria vida em sociedade. As atividades desenvolvidas pelas mulheres no âmbito da esfera privada eram – e ainda são – de tal modo desvalorizadas e, por isso, invisibilizadas que, durante séculos, convivemos com a idéia de que as mulheres eram seres que não trabalhavam e que a vida doméstica significava um eterno nada fazer ou, pior, uma eterna e inerte disponibilidade para o desenrolar de processos supostamente naturais. Esta invisibilidade do trabalho doméstico, vinculada à menor valorização social do feminino, opera por deslizamento alcançando praticamente todas as esferas nas quais as mulheres desempenham atividades⁹. Tamanha é a magnitude desta idéia que até muito pouco tempo dizia-se que as mulheres apenas haviam começado a trabalhar na década de 60, ignorando-se, por exemplo, no caso do Brasil, além do trabalho doméstico, o extraordinário contingente feminino da mão de obra escrava e as pioneiras operárias da indústria têxtil nacional¹⁰.

9 Não é difícil perceber como, no último século, foram sendo socialmente desvalorizadas algumas das profissões onde as mulheres passaram a ser maioria, como foi o caso do magistério e da medicina. Sendo as mulheres atualmente maioria em parte significativa das profissões é de se esperar que este processo não se mantenha, como tem sido o caso da gestão pública estatal, onde as mulheres passam a ser valorizadas pela competência e postura ética.

10 O que é um fenômeno da segunda metade do século XX é a crescente participação das mulheres no mercado formal de trabalho e o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Não fossem as feministas e até hoje se acreditaria que o trabalho doméstico e as atividades reprodutivas são desnecessárias ao mundo. Num minucioso trabalho de desvelamento da vida privada e do cotidiano de mulheres anônimas, as feministas lograram construir um inventário detalhado deste “mundo feminino” que, contrariamente ao que se pensava, implicava não apenas em trabalho, mas também em uma poderosa engrenagem quereproduzia desigualdades *ad infinitum*. Na dinâmica interna de organização da esfera doméstica, foi possível identificar com clareza o lugar de subordinação ocupado pelas mulheres e suas conseqüências dramáticas para cada uma das que aí vivem. Indo mais além, foi possível perceber como a articulação entre uma esfera privada, estruturada com base no trabalho reprodutivo das mulheres, e uma esfera pública, estruturada com base no trabalho produtivo de mulheres e homens, era funcional e imprescindível para, por exemplo, o bom andamento da economia e da política.

No plano micro-social, mulheres e homens – muito mais aquelas que estes – são ambos negativamente afetados por esse arranjo que, operando através da associação entre mulheres/ natureza/esfera privada e homens/ cultura/esfera pública, reproduz no cotidiano e projeta para o futuro as desigualdades de gênero. No plano macro-social, no entanto, este arranjo é não apenas funcional como estruturador da sociedade. É graças a ele que o Estado pode se desobrigar da esfera da reprodução, concentrando seus esforços no campo da produção e da política, esta última pensada como

esfera reguladora sobretudo das relações econômicas. O setor privado da economia, por sua vez, também auferia vantagens do fato de as mulheres serem as principais responsáveis pelas atividades reprodutivas, e só muito recentemente parece ter se dado conta do fato de que metade de sua força de trabalho – as mulheres – sofre as consequências negativas do mesmo arranjo que lhe favorece.

Não fosse o extraordinário contingente de mulheres a realizar cotidianamente as tarefas que nos mantém vivos/as a todos/as, Estado e sociedade teriam que dar conta das mesmas de modo que a vida social e econômica pudesse seguir seu curso. Isso implicaria não apenas em custos financeiros, mas também em uma reordenação da vida social e política de modo a valorizar e legitimar socialmente o que hoje sequer é visto como trabalho, mas quase como uma extensão do corpo e da vida das mulheres.

O tema da dupla jornada adquire centralidade no feminismo, motivada pela injustiça de um arranjo social que reserva às mulheres um lugar de minoridade, mas também pelas suas consequências concretas na vida das mulheres. A sobrecarga de trabalho trazida pela dupla jornada implica em menos tempo, ou tempo nenhum, para a constituição de um espaço individual e social próprio das mulheres que termina por limitar imensamente as suas possibilidades de inserção criativa e construtiva no mundo. Hanna Arendt (1987) sintetiza este processo ao afirmar que, para as mulheres, o espaço privado é o espaço da privação e não, como o é para os homens, o

da privacidade, uma vez que lhes priva das possibilidades de intervenção no mundo público e de crescimento pessoal.

Na prática, as mulheres, além de cuidarem de si mesmas – o que deveria ser um imperativo para toda e qualquer pessoa adulta, independente de sexo –, responsabilizam-se e cuidam sozinhas dos mais frágeis – crianças, velhos/as e doentes – e dos adultos saudáveis do sexo masculino. A injustiça deste arranjo é óbvia, mas durante muito tempo apoiou-se na idéia da divisão sexual do trabalho baseada, por sua vez, nas idéias de complementaridade e reciprocidade no interior da família: aos homens caberia prover o sustento material e às mulheres caberia garantir a vida cotidiana dos membros da família. Em outras palavras, aos homens, a produção e às mulheres, a reprodução, entendida aqui em seu sentido mais amplo de reprodução cotidiana da vida. Uma das questões aqui colocada é que, talvez com exceção de algumas sociedades menos complexas, nem a complementaridade nem a reciprocidade que justificam este arranjo baseiam-se na equivalência, ou seja, em uma troca justa de atividades e benefícios entre homens e mulheres adultos/as. Concretamente, as mulheres sempre realizaram atividades produtivas – dentro ou fora do ambiente doméstico – sem que fosse verdadeira a recíproca masculina de realização de atividades reprodutivas. Outra questão liga-se, mais uma vez, ao modo heterônomo como o próprio arranjo é instituído, que não leva em conta os desejos e aspirações pessoais e profissionais das mulheres.

Num outro plano, o excesso e as más condições de trabalho, tanto produtivo quanto reprodutivo, sem as compensações do lazer, do descanso ou da vida cultural, tem resultado em uma série de problemas de saúde para as mulheres, entre os quais podemos citar a depressão¹¹, o envelhecimento precoce e as dores difusas. No campo da saúde reprodutiva propriamente dita esta situação agrava-se pela ausência e/ou ineficácia dos serviços públicos de saúde, que tem feito da reprodução uma vivência arriscada para as mulheres brasileiras, pela qual muitas delas pagam com a própria vida.

NOVOS IMPASSES: VELHAS QUESTÕES

Diante disso, podemos dizer que, de fato, as esferas da sexualidade e da reprodução sofreram um importante reordenamento, provocando mudanças significativas nas relações de gênero em nosso país. Mas, ainda restam intocadas algumas das questões centrais do projeto feminista emancipatório, entre as quais eu destacaria a real democratização da vida privada – e, em especial, da vida amorosa – e a complicada tensão entre liberdade, igualdade e autonomia tanto na vida privada quanto na pública. Um pouco disso deve-se ao fato de que muitos dos conteúdos que o feminismo trouxe para

11 Psicanalistas feministas, entre as quais Juliet Mitchell se sobressai pelo pioneirismo e alcance do seu trabalho, associam alguns quadros psicopatológicos encontrados em mulheres às especificidades da condição feminina em seus contextos sociais particulares.

o debate público foram também absorvidos e reaproveitados pela mesma ordem social que era criticada e combatida. Assim, sendo parte e também motor de um momento de intensas transformações culturais, algumas das idéias e conquistas feministas foram muito rapidamente apropriadas pela cultura dominante e, em especial, pelos meios de comunicação de massa e pela publicidade, em um processo com o qual nos enfrentamos até hoje.

A liberdade sexual, por exemplo, é um dos temas que mais tem alimentado a imprensa e a publicidade nas últimas décadas. A imagem da mulher sempre foi privilegiada como recurso publicitário sobretudo pela idéia de que transmite beleza e delicadeza, sendo agradável para os olhos de quem vê e, portanto, sedutora para o bolso de quem compra, mas é a partir dos anos 60 que os atrativos sexuais somam-se e, de certo modo, sobrepõem-se às já tradicionais imagens de beleza e delicadeza das mulheres. É então que inicia-se uma verdadeira onda publicitária, que estender-se-ia à TV e ao cinema, onde o corpo feminino nu ou seminú passa a ser utilizado como atração de venda para qualquer produto. Perversamente, muito do que é feito passa a ser justificado pela liberdade, notadamente a sexual, de que as mulheres passaram a gozar depois da “revolução sexual”. A crítica feminista ao fato de que as mulheres são tratadas como objetos na sociedade androcêntrica associada à sua ação política transformadora provoca mudanças reais na vida de algumas mulheres e contribui para mudanças significativas no contexto sócio-cultural, mas estas mudanças, por sua vez, são reapropriadas por esta mesma sociedade e são mais uma vez

reificadas, permanecendo-se, portanto, no mesmo registro de mulheres-objeto que, no caso da publicidade, deixa de ser metáfora para tornar-se expressão literal desta reificação.

Segundo Petchesky (1999:27), a palavra de ordem “nosso corpo nos pertence”, apesar de retoricamente poderosa, também pode ser perfeitamente compatível com o mercado hegemônico global atual, pois exige liberdade contra os abusos, mas não contra as condições econômicas que obriga as mulheres a vender seu corpo e sua capacidade sexual ou reprodutiva. Eu diria que estamos diante de um processo de construção seletiva de alternativas reais de vida para certos grupos de mulheres, onde a “venda” do corpo ou a opção por profissões que têm no corpo e/ou na capacidade sexual e reprodutiva das mulheres o seu principal requisito, são apenas algumas destas alternativas. Quando vistos sob a ótica de gênero, os efeitos perversos da nova ordem econômica terminam por reforçar alguns campos de escolha profissional que se baseiam nas tradicionais concepções de heteronomia e do corpo como destino. A redução do emprego, da renda e da capacidade de consumo, a deterioração das condições de vida nas periferias das grandes cidades e o reduzido alcance das políticas sociais compensatórias quando associadas ao rápido e intenso processo de difusão de informações, sobretudo vinculadas aos bens de consumo pessoal, amplificam imensamente o espaço entre desejo e possibilidade de realização anunciado já nos anos 50. É neste espaço entre o desejo de autonomia – um ganho real das mulheres nas últimas décadas – e as reais possibilidades de escolha profissional que o

corpo continua a atuar como mecanismo privilegiado de realização pessoal para algumas mulheres.

No Brasil, a profissão de modelo expressa de modo particularmente inquietante algumas dessas ambigüidades, nem tanto pelo que de fato realiza mas, sobretudo, pelo fato de ter-se tornado atraente como projeto de vida para milhares de meninas, especialmente para aquelas de menor renda, mas não só. A carreira de modelo acena com promessas – nem sempre realizadas, mas extremamente atraentes – que não se apresentam em outras profissões, como, por exemplo, fama, prestígio e dinheiro rápidos. Além disso, baseia-se mais no atributo natural da beleza física e menos na escolaridade ou no desenvolvimento de habilidades técnicas. É uma profissão calcada muito mais na beleza do corpo do que em qualquer outro atributo feminino e que solicita às modelos que deixem-se manipular por outros – maquiadores, estilistas, cabeleireiros, fotógrafos, esteticistas, nutricionistas e, mais recentemente, cirurgiões-plásticos – no exercício cotidiano da atividade.

A principal ambigüidade da carreira de modelo enquanto projeto pessoal e profissional de jovens brasileiras está no fato de que estas jovens mulheres, diferentemente de suas avós, expressam publicamente o desejo de ter um projeto profissional próprio, uma carreira que lhes propiciará autonomia financeira e projeção no mundo público, escapando da anatomia como destino na medida em que recusam-se a, ao

menos na primeira juventude, serem exclusivamente esposas e mães. Mais importante, esse projeto é socialmente valorizado e estimulado. Mas podemos dizer sem medo de exagerar que, escapando dos limites do doméstico e do privado que circunscrevia a anatomia à sexualidade e à reprodução, o que opera aqui é a anatomia como profissão realizada na esfera pública, havendo ainda uma tensão entre a autonomia profissional e financeira propiciada pela profissão e a natureza heterônoma da própria atividade onde o corpo atua como suporte para uma modelagem exercida por outros. Neste caso, o “destino” das mulheres escapa da reclusão da vida privada e recusa a reprodução, mas é ainda o corpo e a sensualidade que lhes oferece a possibilidade de realização. É preciso reconhecer que ainda há algo a ser feito quando, dentre tantas profissões e possibilidades colocadas para as mulheres, seja justamente aquela mais marcada pelo corpo a que adquire maior valorização social e, conseqüentemente, possua maior poder de atração sobre meninas e jovens mulheres¹².

A manipulação do corpo não restringe-se, obviamente, à estética das passarelas e capas de revistas. É bem verdade que o *slogan* “nosso

12 Um pouco mais perturbador, no entanto, é verificar que muito do que se disse acima estendeu-se para os corpos masculinos que passaram a ser também cultuados como objetos de apreciação e consumo. Há um deslizamento do sentido da reificação que ultrapassa as diferenciações de gênero fornecendo novos significados ao corpo masculino e, como decorrência, às masculinidades. O que não necessariamente indica que as fronteiras do gênero, tampouco as dinâmicas de poder, sejam significativamente alteradas.

corpo nos pertence” permite variadas interpretações entre as quais, pode-se muito bem incluir a resposta da apresentadora Carla Perez, quando perguntada se os seus seios eram realmente seus: “sim, eu mesma os comprei”. Este é um exemplo que demonstra mais uma vez a tensão entre uma autonomia que leva a que as mulheres disponham de seu corpo inclusive para modificar sua anatomia e uma extrema receptividade e vulnerabilidade ao poder médico e científico que de nenhum modo se limita às questões estéticas.

No campo da reprodução, podemos enumerar um bom número de situações que atestam tanto essa receptividade quanto a vulnerabilidade das mulheres. A realização indiscriminada de partos cesáreos chegou a um ponto tal que foi necessária a promulgação de uma lei para coibir esta prática no Brasil. Os métodos de barreira, em que pese a epidemia da Aids, continuam sendo preteridos em nome dos contraceptivos hormonais e da esterilização. Aliás, não custa lembrar que o Brasil é o “campeão mundial” em esterilizações femininas, o que expressa a radical recusa das mulheres à imposição da reprodução como destino ao mesmo tempo que revela a perversidade de uma escolha sem alternativas. O diafragma é raramente encontrado na rede pública de saúde e, pior, é muito pouco conhecido dos profissionais de saúde e, por isso, pouquíssimo indicado com o método contraceptivo. Nos últimos dez anos vimos o surgimento de um discurso científico que nega a própria menstruação porque seria um “resquício da primitividade do corpo das

mulheres”¹³ e propõe a sua suspensão através da administração regular de medicamentos hormonais. Não são poucas as mulheres que concordam com este discurso e avidamente se utilizam destes “tratamentos”. Do mesmo modo, os tratamentos químicos continuam a reinar soberanos no campo das enfermidades sexuais e reprodutivas¹⁴.

A manutenção destas práticas revela algumas das valorações negativas que, a despeito dos esforços dos grupos de reflexão e auto-exame, ainda são dadas a certos processos corporais femininos – como a menstruação e o parto normal, por exemplo – e indica o quão reduzido ainda permanece o espaço social para vivenciá-los. Em outras palavras, não logramos novos arranjos sócio-culturais que acomodem positivamente estes processos. Pelo contrário, as tentativas de evitá-los continuam a acontecer com uma frequência e um grau de sucesso que não são nada desprezíveis. Emblemático deste processo é o caso das novas manipulações do corpo com fins estéticos que incidem com toda a sua força sobre os corpos femininos, embora tendam a se ampliar para o universo masculino.

Sem minimizar os poderosos interesses da indústria farmacêutica e do próprio setor médico – com suas clínicas, complexos hospitalares e, não

13 O dr. Elsimar Coutinho é o principal defensor desta idéia, mas não é o único.

14 A medicalização da vida é um traço característico das atuais sociedades não estando restrita às enfermidades das mulheres, mas suas consequências impactam mais fortemente sobre as mulheres pelo fato de viverem a sexualidade e a reprodução em um contexto de subordinação de gênero e de desigualdades sócio-econômicas.

menos importante, o campo das disputas acadêmicas e científicas – podemos dizer, no entanto, que estamos diante de um fenômeno que não é absolutamente novo. Perpetua-se – modernamente, é verdade – a construção de imagens ideais da mulher que continuam a ser perseguidas pelas mulheres reais através de diferentes tipos de intervenção sobre o corpo em um processo onde a heteronomia ainda prevalece. Não deixa de causar algum espanto a facilidade com que certas mulheres, com a ajuda de médicos e esteticistas, dispõem do próprio corpo na tentativa de amoldar-se ao modelo considerado belo e desejável. O uso indiscriminado do silicone, da cirurgia plástica, da musculação e das dietas de emagrecimento chama a atenção para o modo como a aparência física permanece sendo um atributo positivo em nossa sociedade e para o modo quase natural, eu diria, com que as mulheres continuam a perseguir este atributo positivo independente dos custos financeiros e para a saúde que qualquer um destes procedimentos possam trazer. O crescimento dos casos de anorexia e bulimia entre jovens mulheres é apenas o efeito mais dramático deste novo modo de as mulheres tentarem amoldar-se a uma imagem-padrão de mulher.

Em um pequeno ensaio sobre a mentira, Adrienne Rich (1983) diz que das mulheres sempre se esperou que mentissem e que mentissem com seus corpos, modelando-os aos ditames de sua época. A aparente reviravolta de nossa época é que saiu-se do registro do recato, diretamente vinculado à reprodução e à maternidade, tomando-se como referência para o novo modelo alguns aspectos ligados à sexualidade – como, por exemplo,

a sedução, a sensualidade, a volúpia e/ou agressividade. Seria irônica, se não fosse perversa, a valorização do silicone como recurso de embelezamento se pensarmos que este foi um recurso inicialmente utilizado por homens para se aproximarem das formas femininas. É indicativo da permanência da (des)valorização das mulheres em nossa sociedade o fato de que a sua melhor imagem é aquela artificialmente fixada em um corpo masculino que tomou como padrão de beleza uma certa imagem das mulheres reais. Nos travestis o resultado do embelezamento pelo silicone, no entanto, ficando muito distante do que são as mulheres reais, é poderoso o suficiente para constituir-se em um modelo do que deveriam ser as mulheres reais.

É possível ainda identificar em nossa sociedade outras formas de controle do corpo feminino onde, sutilmente, resiste a idéia de que a anatomia é o destino, embora sob novos formatos e com algumas diferenças importantes se pensarmos no modo como aconteciam há algumas décadas atrás.

A primeira delas refere-se ao modo diferenciado como são educados/as meninos e meninas ou, em outras palavras, como são disciplinados os corpos masculino e feminino em nossa sociedade. Embora seja possível perceber mudanças importantes nesta esfera, há uma forte marca de gênero na socialização das crianças que ainda aponta para a importância da sexualidade e da reprodução na definição das condutas, atitudes e práticas sociais que devem ser apropriadas pelas meninas. De maneira geral, ainda prevalece a idéia de que as meninas devem ser seres apreciáveis, ou seja, devem ser bonitas, devem

cuidar bem da aparência e devem cultivar qualidades que lhes façam simpáticas e agradáveis diante dos outros e, em especial, diante de meninos e homens.

Não deixa de ser surpreendente observar nas lojas de brinquedos a manutenção de diferenças fabulosas entre as gôndolas destinadas aos meninos e àquelas destinadas às meninas. Estas estão repletas de brinquedos que são miniaturas de objetos pertencentes ao universo das mulheres adultas, numa clara indicação de que os brinquedos funcionam como uma etapa da aprendizagem de tudo o que a menina irá viver no futuro. Há estojos de maquiagem, guarda-roupas completos para bonecas que incluem acessórios para cabelo, bolsas, sapatos, óculos, enfim, o arsenal da vaidade que será capaz de transformar qualquer mulher em um objeto de desejo masculino. Além disso, foram atualizados os tradicionais brinquedos de “casinha”, alguns dos quais são praticamente similares dos objetos reais encontrados nas cozinhas de classe média e alta. Há fogões, aspiradores de pó, geladeiras cheias de comida, jogos completos de panelas e pratos, liquidificadores, batedeiras, vassouras, que, junto com bonecos que reproduzem minuciosamente bebês reais com suas fraldas e mamadeiras e na mesma suposição de que a brincadeira é aprendizagem de vida futura, compõem o conjunto das atividades reprodutivas¹⁵ que continuam sendo

15 Estou chamando de atividades reprodutivas todas aquelas atividades relativas a cuidados com crianças, doentes e idosos/as (desde amamentar até o acompanhamento escolar) e a cuidados com a casa (o que inclui todas as tarefas domésticas mas também a organização ou supervisão destas tarefas quando realizadas por outras mulheres).

exercidas majoritariamente pelas mulheres. Através dos brinquedos, um destino se constrói, ainda baseado na idéia de que ser mulher é ser sexualmente atraente, ser mãe e dona de casa. Nas entrelinhas escondem-se os outros elementos do conjunto: através do corpo e, em especial, do sexo, as mulheres atraem os homens, casam-se com eles, têm filhos e cuidam da casa e da família. O espantoso é que, pelo menos desde os anos 70, estas mesmas meninas são também educadas para serem estudantes e profissionais financeiramente autônomas, tendo havido uma agregação de atividades e responsabilidades sem qualquer correspondência no que se refere aos meninos.

Do outro lado, os brinquedos para meninos continuam no reino da fantasia ou do puro lazer: monstros, bichos, bonecos que não são réplicas humanas, bolas, skates, patins, enfim, objetos que não têm nenhuma relação imediata com a sua vida futura e que estimulam a criatividade e o desenvolvimento da criança. É claro que muitas meninas têm acesso a estes brinquedos e muitos deles situam-se numa zona “neutra”, sendo utilizados por ambos os sexos, mas para as meninas continua a existir aquele outro conjunto a lembrar-lhes que ainda existe, sim, uma vida de mulher que de algum modo se relaciona aos seus órgãos sexuais e reprodutivos.

A mesma situação se repete com a moda infantil. No Brasil, as roupas das meninas são miniaturas das roupas de mulheres adultas – na maior parte das vezes justas, curtas e decotadas – enquanto que as roupas dos

meninos seguem sendo confortáveis, folgadas e “com cara de criança”. Continuamos, portanto, no mesmo registro: há um corpo feminino que precisa ser educado para cumprir com suas funções sexuais e reprodutivas na esfera privada e há um corpo masculino cuja educação relaciona-se com a atividade e o desenvolvimento físico e intelectual, entendidos como fundamentais para que meninos tornem-se homens, ou seja, ocupem seus lugares na esfera pública.

Uma outra situação refere-se ao efetivo controle masculino sobre a mobilidade das mulheres e ao modo como este controle é ainda socialmente legitimado. Um caso extremo é o de trabalhadoras rurais do Nordeste que vivem em regime de agricultura familiar e, portanto, estão isoladas dos núcleos urbanos e mesmo de vizinhança, cujas histórias de vida são marcadas pelo simples, mas imenso desejo de “andar” e de não serem “empatadas”¹⁶ de viver pelos maridos e pais. A idéia de que o lugar das mulheres é em casa cuidando da família sobrepõe-se, neste caso, ao direito constitucional de ir e vir, do mesmo modo que, até alguns anos atrás, a defesa da honra masculina justificava que se quebrasse a lei brasileira que faz do homicídio um crime. Encontramos este mesmo tipo de sentimento – que nada mais é do que o desejo de liberdade e de autonomia – entre adolescentes urbanas que, ao se compararem com rapazes da mesma faixa etária, percebem que suas vidas são muito mais limitadas no que se

.....
16 Termo pernambucano que significa impedir.

refere aos espaços sociais que podem freqüentar, ao tempo que podem permanecer fora de casa, às companhias que escolhem para conviver e à necessidade de dar conta de seus passos para os pais (Portella, 2000: 6-7).

Passados mais de 30 anos da chamada “revolução sexual” e sendo as mulheres maioria nas escolas, universidades e em muitas profissões, continuam, no entanto, sendo socialmente controladas no que se refere à sua inserção na esfera pública e são ainda orientadas para a construção de um projeto de vida onde a maternidade ocupa um lugar central e a responsabilidades pelos cuidados com a casa e com a família ainda é vista como tarefa prioritariamente sua.

Neste contexto, a vivência da sexualidade será marcada por muito mais ambivalências e contradições do que o que supõem os que a tratam unicamente como um elemento indissociável do amor e da vida a dois. Não custa lembrar que, no Brasil, o sexo no casamento e, por extensão, nas uniões livres, ainda é entendido jurídica e popularmente como uma obrigação conjugal. Ou seja, mais (ou menos) do que prazer ou realização pessoal, o sexo é visto como dever, sendo parte do conjunto de funções e atribuições femininas e masculinas inseridas no “contrato” de complementaridade e reciprocidade que rege as relações entre mulheres e homens. A força desta interpretação alcança também a vivência da sexualidade fora do casamento e das uniões estáveis e, como apontam muitas autoras¹⁷, articula-se de tal

17 Rubin (1993), Pateman (1998), Correa (1995), Diniz et al (1998), entre outras.

modo às desigualdades de gênero que o dever torna-se mais feminino e o prazer mais masculino.

Não é por outra razão que o sexo não consentido é tão freqüente entre as mulheres e, muitas vezes, sequer é entendido como um problema, nem por elas nem pelos homens. Desta compreensão deriva também boa parte das dificuldades que muitas mulheres encontram para denunciar os estupros de que são vítimas por parte de seus pais, padrastos, irmãos, vizinhos, maridos e companheiros. De algum modo, também elas acreditam que não deveriam recusar o sexo, que é seu dever aceitar a relação sexual quando algum homem lhe deseja. Não posso deixar de apontar aqui o nexos evidente entre a lenta preparação das meninas para seu futuro de mulher e a vida presente das mulheres adultas onde o sexo e a reprodução ainda são experimentados também como dever e trabalho.

DESAFIOS PARA AÇÃO POLÍTICA

Nos últimos 40 anos, acompanhamos muitas mudanças no campo da sexualidade e da reprodução que contribuíram para produzir não apenas novas concepções a respeito do que é ser homem e do que é ser mulher, como também contribuíram para a alteração do modo como se ordenam as relações de gênero em nosso país, na direção de uma redistribuição mais justa do poder entre mulheres e homens. Se tomarmos a idéia de

constituição da autonomia das mulheres como parâmetro de comparação entre os períodos anterior e posterior ao surgimento do feminismo contemporâneo é possível verificar que algumas das principais premissas desta autonomia estão estabelecidas no Brasil, tanto sob a forma de novas representações sociais a respeito do que é e do que deve ser uma mulher quanto sob a forma de mudanças concretas na vida das mulheres. Para o nosso propósito, três destas premissas são as mais importantes, embora de nenhum modo as transformações de gênero estejam restritas a elas.

A primeira refere-se ao estabelecimento de valoração positiva e legitimidade social à idéia de que as mulheres devem estudar, ter uma profissão e autonomia financeira. Embora o casamento ainda persista como projeto, já não é o único e deve adequar-se à vida profissional das mulheres. Com isso, perde imensa força a idéia de que as mulheres deveriam estar restritas à vida privada cumprindo o destino supostamente inscrito no seu corpo. Os indicadores desta mudança podem ser encontrados nos índices de escolaridade das mulheres, que crescem e superam os masculinos nestas duas últimas décadas, na crescente participação feminina na população economicamente ativa e no crescimento do número de domicílios chefiados por mulheres.

A segunda liga-se ao reconhecimento e à aceitação da sexualidade feminina como uma vivência legítima que pode acontecer dentro ou fora do casamento. Entre muitos outros exemplos desta transformação, eu indicaria

o fim do tabu da virgindade e o “ficar” como modalidade de relacionamento afetivo-sexual. A terceira das premissas é a legitimação social das múltiplas possibilidades reprodutivas para as mulheres, entre as quais destaca-se, sem sombra de dúvida, o uso de contraceptivos e a redução no número de filhos. A queda nas taxas de fecundidade atesta este novo fenômeno.

No entanto, se não acreditamos nas interpretações totalizantes nas quais inscreve-se um momento final de chegada onde a equidade de gênero seria definitivamente conquistada e se, pelo contrário, pensamos o feminismo como um projeto dialético fundado muito mais na idéia de uma utopia que se mantém como móvel da ação do que propriamente na crença de uma etapa final a ser alcançada, temos que entender as mudanças elencadas acima como parte de um processo dinâmico e muito mais complexo do que supõe a simples defesa da justiça de gênero. Como em qualquer processo social, as mudanças nas relações de gênero produzem novas tensões, ambiguidades e contradições que merecem ser recolocadas no debate sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução.

Há, pelo menos, duas diferentes tensões que daí emergem. A primeira é entre autonomia e a heteronomia. Esta é uma tensão que se revela, por exemplo, na valorização de profissões fundadas no corpo e na beleza como projetos de vida das mulheres. Pela tradicional via da beleza corporal e em profissões onde atuam tendo o corpo como suporte para a criatividade e a produção de terceiros – o que é radicalmente diferente da

prostituição, por exemplo, onde a atuação e a criatividade é da própria mulher –, as mulheres podem ter acesso a dinheiro, fama, prestígio e poder. Neste caso, a positividade dos fins – a autonomia e a inserção na esfera pública – ofusca e, em certa medida, positiva, a permanência de valores tradicionais relacionados ao corpo e ao trabalho femininos.

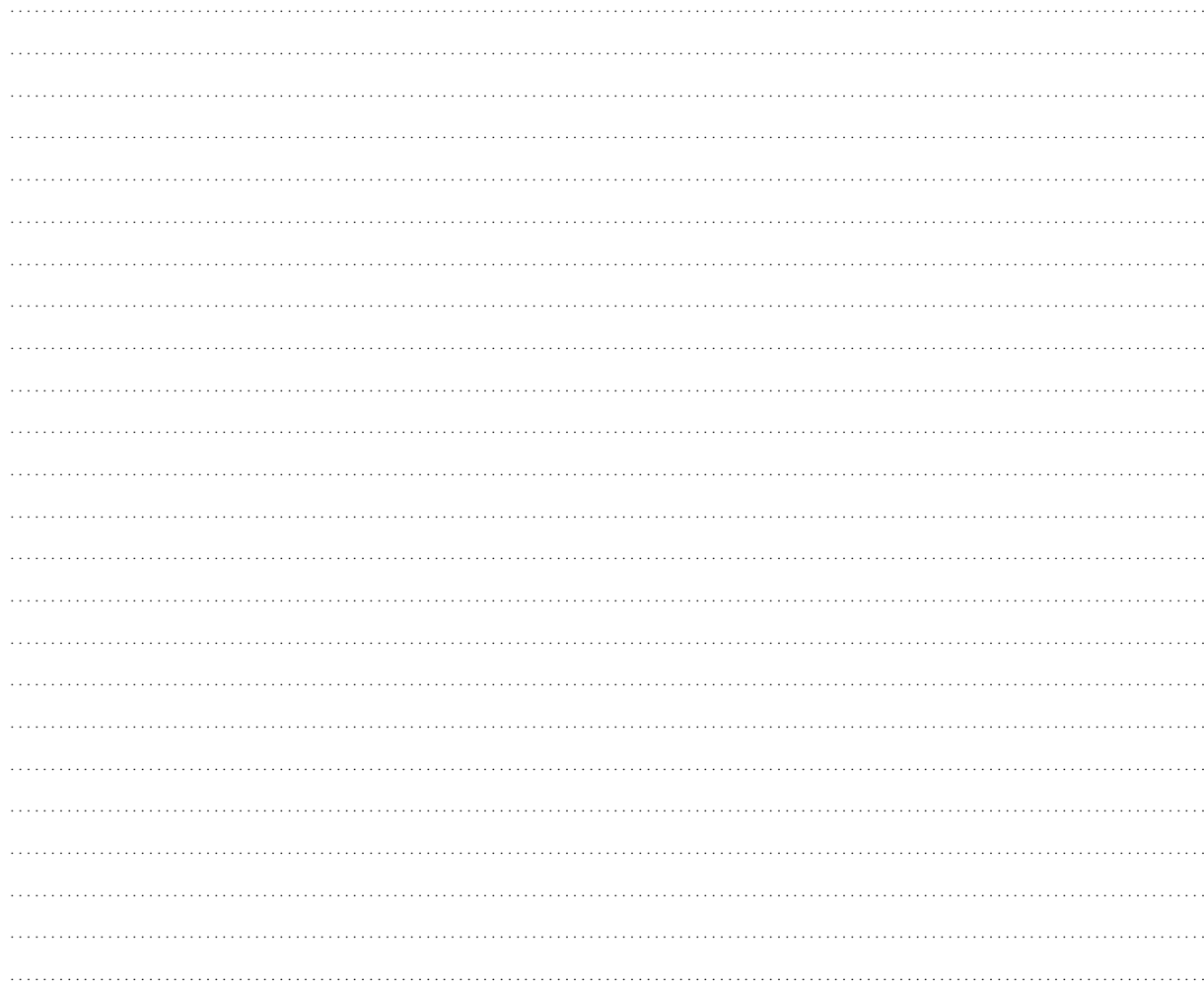
Ainda relacionadas à tensão entre autonomia e heteronomia estão as “novas” manipulações do corpo. A aceitação e a procura pelas novas manipulações do corpo com fins estéticos, embora tenham um importante componente de cuidados com a saúde, revelam uma busca muito mais antiga, que é a de adequação a uma imagem de mulher socialmente valorizada e padronizada. Aqui, a positividade da afirmação feminista *nosso corpo nos pertence* é perversamente utilizada para justificar um processo que está muito longe de permitir a livre, prazerosa e saudável expressão dos corpos femininos com suas diferentes formas e experiências de vida. As manipulações do corpo reprodutivo, por sua vez, revelam que, em nosso país, a “acomodação” social dos processos reprodutivos tem se dado preferencialmente pela via da tecnologia e da medicalização. O que, ao fim e ao cabo, pode representar muito mais uma tentativa de negação destes processos do que propriamente de acomodação e absorção. Penso que, nestes dois casos, estamos diante de um novo processo de disciplina-mento e controle cujas características e consequências ainda não foram suficientemente dimensionadas.

A segunda tensão se dá entre autonomia e subordinação e se expressa, por exemplo, na educação diferenciada e na manutenção de um maior poder dos homens nas relações amorosas que, por sua vez, reconstroem em novos contextos a dupla jornada de trabalho e a vivência do sexo como dever. O que chama a atenção aqui é o reduzido impacto produzido pela ampliação da autonomia das mulheres na relação de intimidade com os homens quando comparado aos impactos produzidos na vida pública. Desde meninas, continuam a ser preparadas para atraí-los e para deles cuidarem; uma vez adultas, pouco importa o fato de que tenham trabalho e dinheiro, o poder maior ainda é dos homens e exerce-se sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Na vida íntima, portanto, a democracia e a igualdade ainda estão por realizar-se para a maioria das mulheres.

Novas questões produzem sempre novos desafios, especialmente para quem está no campo da ação social e política sobre o mundo. Entendo que, em se tratando de temas que são centrais ao feminismo, estamos desafiadas a responder a estas questões em diferentes planos. Uma primeira necessidade é a reinserção mais vigorosa dos temas do corpo e da sexualidade na agenda feminista, que foram relativamente ofuscados pela preeminência dos temas da reprodução nos últimos dez anos. Esta reinserção exige, obviamente, a produção de conhecimento sobre os novos contextos e significados das relações de gênero, mas também requer uma maior

atenção para os jovens – de ambos os sexos – enquanto público de nossas ações. Do ponto de vista dos métodos de ação, os grupos de reflexão e os grupos de auto-exame podem ser uma maneira muito interessante de recuperar a discussão de alguns temas que não são facilmente tratados nas já tradicionais oficinas. Mas estas também podem agregar às suas técnicas outras que propiciem um maior conhecimento corporal e a expressão de sentimentos e desejos e que, além disso, possam criar solidariedade e confiança entre as mulheres.

Enfim, não se trata aqui de operar um retorno direto às raízes do feminismo contemporâneo em busca das respostas aos desafios que nos são colocados. Mas trata-se, sim, de recuperar um pouco do que foi feito à luz do que foi aprendido e construídos nestas últimas décadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arendt, Hannah. (1987). **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Ávila, Maria Betania. “Direitos Reprodutivos, Exclusão Social e Aids”. in Barbosa, Regina Maria & Parker, Richard. **Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder**. IMS/UERJ-Editora 34. pp. 39-48. Beauvoir, Simone de. *O Segundo Sexo*.

Beauvoir, Simone de. (1980). **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bordo, Susan. (2000). *A Feminista como o Outro*. Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFSC: **Estudos Feministas**. vol. 8/nº 1 pp. 10-29.

Boston Women’s Health Book Collective. (1975). **Our Bodies, Ourselves**. Boston: BWHC.

Correa, Sonia & Ávila, Maria Betania. (1989). “Discurso Feminista no Mundo Ocidental”. In Correa, S. & Ávila, M. B. **Os Direitos Reprodutivos e a Condição Feminina**. Recife: SOS Corpo.

Correa, Sonia & Portella, Ana Paula. (1994). **Percursos da Sexualidade Feminina**. Recife: SOS Corpo.

Correa, Sonia. (1995). *Gênero e Sexualidade com o Sistemas Autônomos: Idéias Fora do Lugar*. Rio de Janeiro:

Coutinho, Elsimar. (1996). **A Sangria Inútil: Uma Análise da Contribuição da Menstruação para as Dores e Sofrimentos da Mulher**. São Paulo: Editora Gente.

Diniz, Simone; Mello e Souza, Cecília & Portella, Ana Paula. (1998). "Not Like Our Mothers: Reproductive Rights and the Emergence of Citizenship among Rural Workers, Domestic Workers and Housewives". In PETCHESKY, Rosalind & JUDD, Karen. **Negotiating Reproductive Rights. Women's Perspectives across Countries and Cultures**. London, Zed Books.

Duby, George & Perrot, Michelle. (Orgs.). (1991). *Histoire Des Femmes*. Vols. 1, 2 e 3. Paris: Plon.

Goldani, Ana Maria. (1999). "O Regime Demográfico Brasileiro nos Anos 90". In Galvão, Loren & Díaz, Juan. (Org.). **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil**. São Paulo. Editora Hucitec/Population Council.

IBGE. (1999). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **www.sidra.ibge.gov.br** Dados capturados em outubro, 2001.

IBGE. (2001). Censo Demográfico 2000: Sinopse Preliminar. **www.sidra.ibge.gov.br**. Dados capturados em outubro, 2001.

Leal, Ondina Fachel & Boff, A. (1996). "Insultos, Queixas, Sedução e Sexualidade: Fragmentos de Identidade Masculina em uma Perspectiva

Reacional". In: Parker, R. & Barbosa, R. (Orgs.). **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Mitchel, Juliet. (1979). **Psicanálise e Feminismo**. Belo Horizonte: Interlivros.

Oliveira, José Américo de. (1981). **Dicionário de Mulheres Célebres**. Porto: Lello & Irmão Editores.

Parker, Richard. (1991). *Corpos, Prazeres e Paixões: A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Best Seller.

Pateman, Carole. (1998) **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra.

Petchesky, Rosalind Pollack. (1999) "Direitos Sexuais: Um Novo Conceito na Prática Política Internacional". in Barbosa, Regina Maria & Parker, Richard. **Sexualidades pelo Averso. Direitos, Identidades e Poder**. IMS/UERJ-Editora 34. pp.15-38.

Portella, Ana Paula. (1998). **Corpo, Saúde Reprodutiva e Cultura Médica: Mulheres do Sertão Pernambucano**. Recife: SOS Corpo. (no prelo).

_____. (1999). **Gênero e Trabalho na Área Rural**. Recife: SOS Corpo. (no prelo).

_____. (1999a). **Gênero, Sexualidade e Reprodução: O Olhar dos Homens**. Recife: SOS Corpo. (no prelo).

_____ & Nascimento, Pedro. (2000). **Do Sujeito da Ação ao**

Objeto de Reflexão: Homens, Sexualidade e Reprodução. O Caso da Zona da Mata Canavieira de Pernambuco. Recife: SOS Corpo. Mimeo.

Portella, Ana Paula. (2000a) **Gênero e Sexualidade entre Jovens de Recife.** Recife: SOS Corpo. (no prelo).

Rich, Adrienne. (1983). "Algunas Notas Sobre El Mentir". In Rich, A. **Sobre Mentiras, Secretos y Silencios.** Barcelona: Ed. Icaria. pp. 222-231.

Rubin, Gayle. (1993). **O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a Economia Política do Sexo.** Recife: SOS Corpo.

Schumacher, Schuma (Org.). (2000). **Dicionário de Mulheres do Brasil: De 1500 até a Atualidade.** Rio de Janeiro: Érico Vital Brasil/Jorge Zahar Ed.

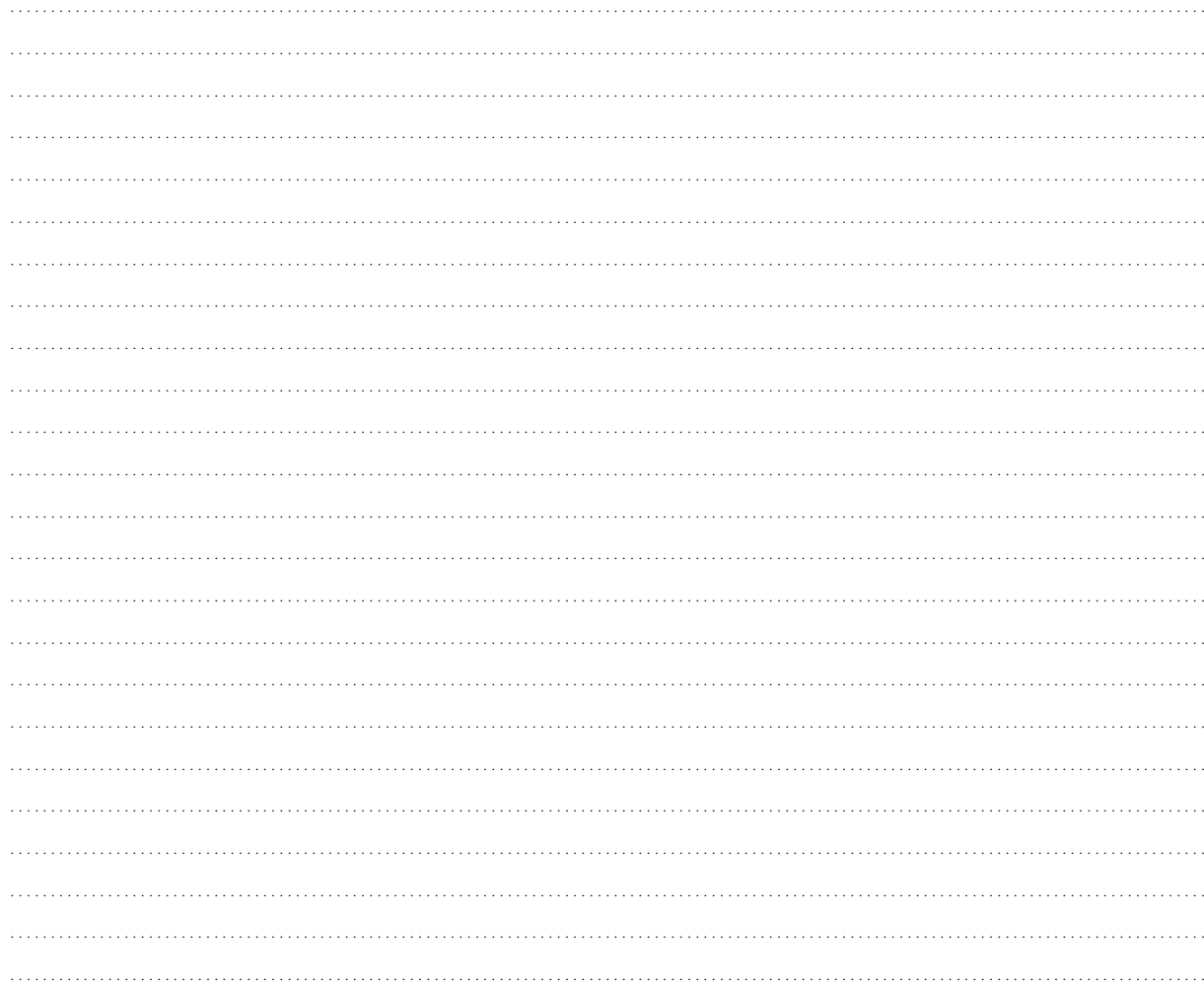
SOS Corpo – Grupo de Saúde da Mulher. (1982). **Corpo de Mulher.** Recife: SOS Corpo.

VALDES, Teresa & OLAVARRIA. José. (1998). "Ser hombre en Santiago de Chile: a pesar de todo, un mismo modelo". In VALDES, Teresa y OLAVARRIA, José (eds,) **Masculinidades y equidad de género en América Latina,** Santiago; FLACSO-Chile, p. 12-35.

Woolf, Virgínia. (1985). **Um Teto Todo Seu.** Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira.

Xavier, Dulcinéa *et al.* (1988). **Como Trabalhar com Mulheres.** Petrópolis: Ed. Vozes/IBASE.







Ana Paula Portella é pesquisadora social, integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Violência, Criminalidade e Políticas Públicas de Segurança da UFPE e consultora autônoma nas áreas de gênero, saúde e violência. Integrou a equipe do SOS Corpo entre 1991 e 2009.

O SOS CORPO – Instituto Feminista Para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos, fundada em 1981, com sede na cidade do Recife – Pernambuco, no Nordeste do Brasil. Propõe-se a contribuir para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero com justiça social. A ação do SOS Corpo tem como fundamento a ideia de que os movimentos de mulheres, como movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, são sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Para o SOS Corpo, a luta contra a pobreza, o racismo e a homofobia são dimensões fundamentais do feminismo da transformação social para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades e sofrimento humano.

Este livro foi projetado na primavera de 2009, utilizando a Cronos Pro – criada pela Adobe por Robert Slimbach, em 2007 – para textos e títulos. Feito com cadernos de 6 folhas e encadernado como brochura, impresso em papel Soft Pólen 90 gm² no miolo. A capa é papel Duo Design 250 g/m². Impresso na Gráfica Provisual com tiragem de 1.000 exemplares.



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

APOIO:



FUNDAÇÃO
HEINRICH
BÖLL

ISBN 978-85-89165-22-8



9 788589 165228